



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



CONGRESSO NACIONAL DA INDÚSTRIA PORTUGUESA DE CARNES

Controlos Oficiais de *Trichinella* Impacto da aplicação do Regulamento n.º 216/2014

06 de Maio de 2014

Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Segurança Alimentar

NOVA LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

A 08/03/2014 foram publicados 4 diplomas que alteram os Reg. 853/2004, 854/2004, 2073/2005, 2074/2005 e 2075/2005.

Os diplomas estão interligados e entram em vigor no dia 01/06:

- Regulamento (UE) n.º 216/2014 - Altera o Reg. 2075/2005 relativo às regras de pesquisa de *Trichinella*
- Regulamento (UE) n.º 217/2014 - Altera o Reg. 2073/2005
- Regulamento (UE) n.º 218/2014 - Altera os anexos dos Reg. 853/2004, 854/2004 e 2074/2005
- Regulamento (UE) n.º 219/2014 - Altera os anexos dos Reg. 853/2004, 854/2004 e 2074/2005

Revisão da inspeção sanitária suínos

Principais alterações:

- Redução dos testes de pesquisa de *Trichinella* para suínos criados em explorações com condições controladas
- Maior controlo da *Salmonella* - critério de higiene processo de abate
- Standards para inspeção visual no *post mortem*



Regulamento (UE) n.º 216/2014

Pesquisa sistemática a todos os suínos abatidos

Pesquisa numa amostragem de suínos provenientes de explorações com condições controladas (*condições de habitação controladas*)



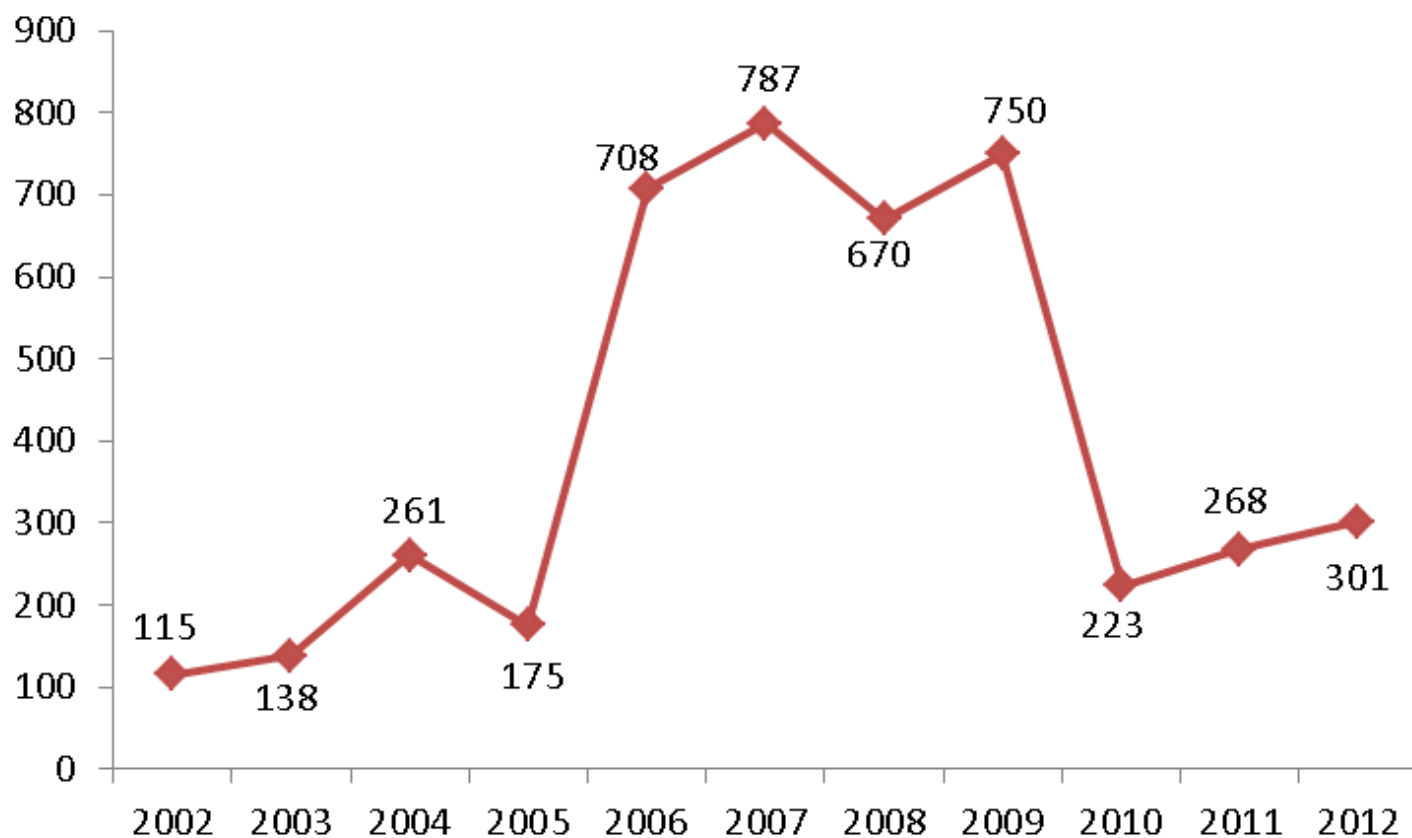


Parecer científico da EFSA 2011 - sobre os riscos para a saúde pública a abranger pela inspeção da carne em suínos:

- Identificou a *Trichinella* como um risco médio para a saúde pública relativamente ao consumo de carne de suíno.
- Concluiu que a única forma de garantir um controlo eficaz dos principais riscos biológicos é através da aplicação de um conjunto de medidas preventivas e de controlos, quer na exploração, quer no matadouro, de uma forma integrada.
- Constatou ainda que o tipo de sistema de produção é o principal fator de risco da infeção por *Trichinella*. Além disso, os dados disponíveis demonstram que o risco de infeção por *Trichinella* em suínos provenientes de explorações com condições de habitação controladas oficialmente reconhecidas é negligenciável.



Casos positivos de *Trichinella* em Humanos



Dados de *Trichinella* nos animais

	Suínos			Javalis		
	n.º animais testados	n.º positivos	% positivos	n.º animais testados	n.º positivos	% positivos
2012	208 163 654	332	0,0002	860 153	1097	0,13
2011	179 181 243	304	0,0002	700 289	831	0,12
2010	211 378 305	199	0,0001	724 640	988	0,14
2009	201 899 089	430	0,0002	580 841	959	0,20
2008	217 564 568	1179	0,0005	663 010	908	0,10
2007	220 680 358	728	0,0003	443 890	424	0,10





Dados de *Trichinella* nos animais

	Sistema de produção controlado		Sistema de produção não controlado		Sistema de produção desconhecido	
	n.º animais testados	n.º positivos	n.º animais testados	n.º positivos	n.º animais testados	n.º positivos
2012	151 110 597	0	11 739 745	331	43 073 314	0
2011	45 439 650	7 (*)	43 248 667	284	90 492 926	13
2010	84 704 854	0	6 518 197	145	120 155 254	54

* Letónia e Roménia



Regulamento (UE) n.º 216/2014

“Condições de habitação controladas” - um tipo de criação de animais em que os suínos são permanentemente mantidos em condições controladas pelo operador da empresa do setor alimentar no que respeita à alimentação e à habitação animal.

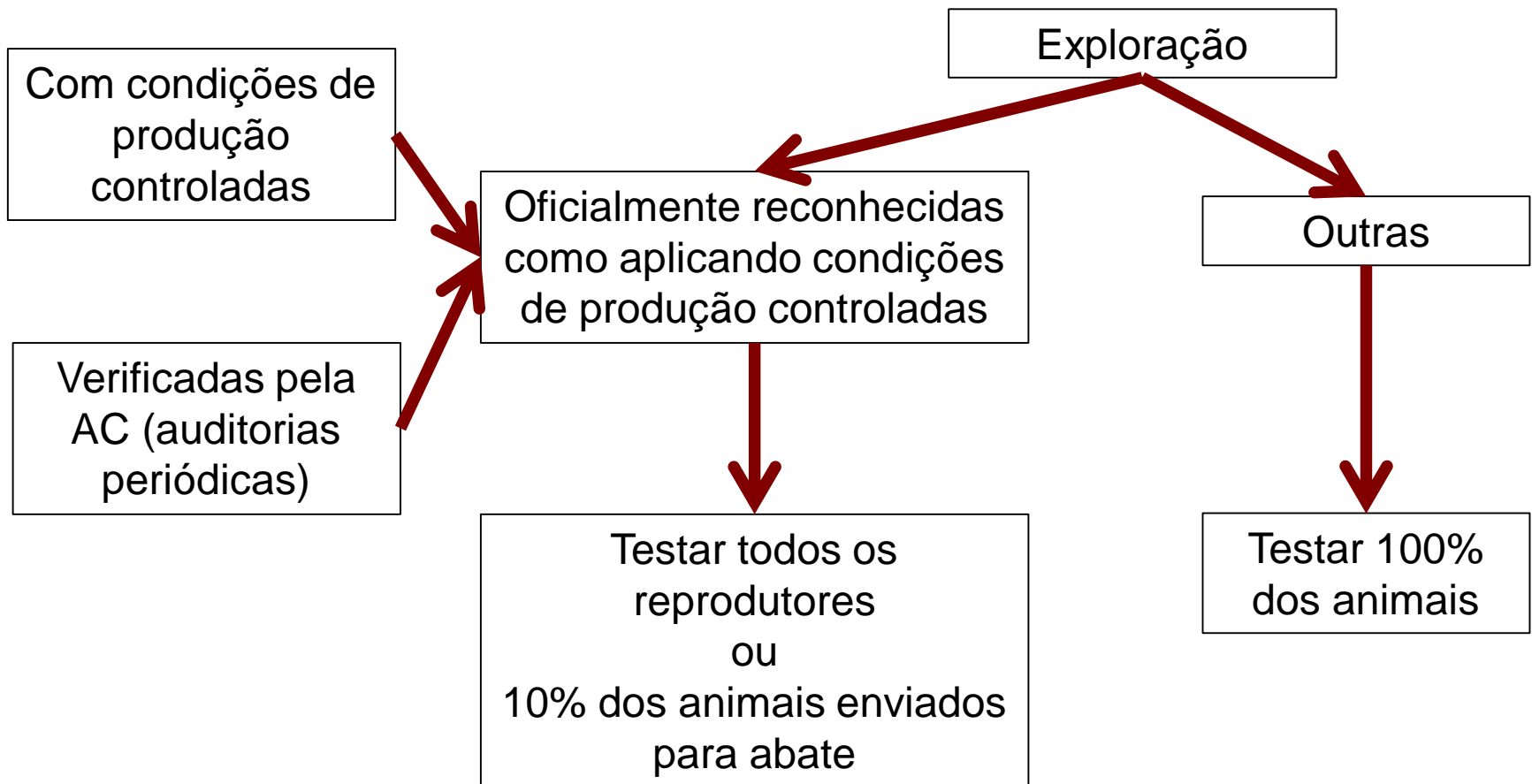
“Compartimento” - um grupo de explorações que aplicam condições de habitação controladas. Todas as explorações que aplicam condições de habitação controladas num Estado-Membro podem ser consideradas como um compartimento.

Regulamento (UE) n.º 216/2014

- A amostragem para pesquisa de *Trichinella* nos matadouros passa a ser feita do seguinte modo:
 - a) pesquisa a todas as carcaças de porcas e varrascos de reprodução ou, pelo menos, a 10 % das carcaças de animais enviados todos os anos para abate a partir de cada exploração oficial oficialmente reconhecida como aplicando condições de habitação controladas;
 - b) todas as carcaças de explorações que não sejam oficialmente reconhecidas como aplicando condições de habitação controladas devem ser examinadas sistematicamente.
- As carcaças e a carne de suínos domésticos não desmamados com menos de cinco semanas de idade (leitões) ficam isentas do exame para deteção de *Trichinella*.



Controlo *Trichinella*

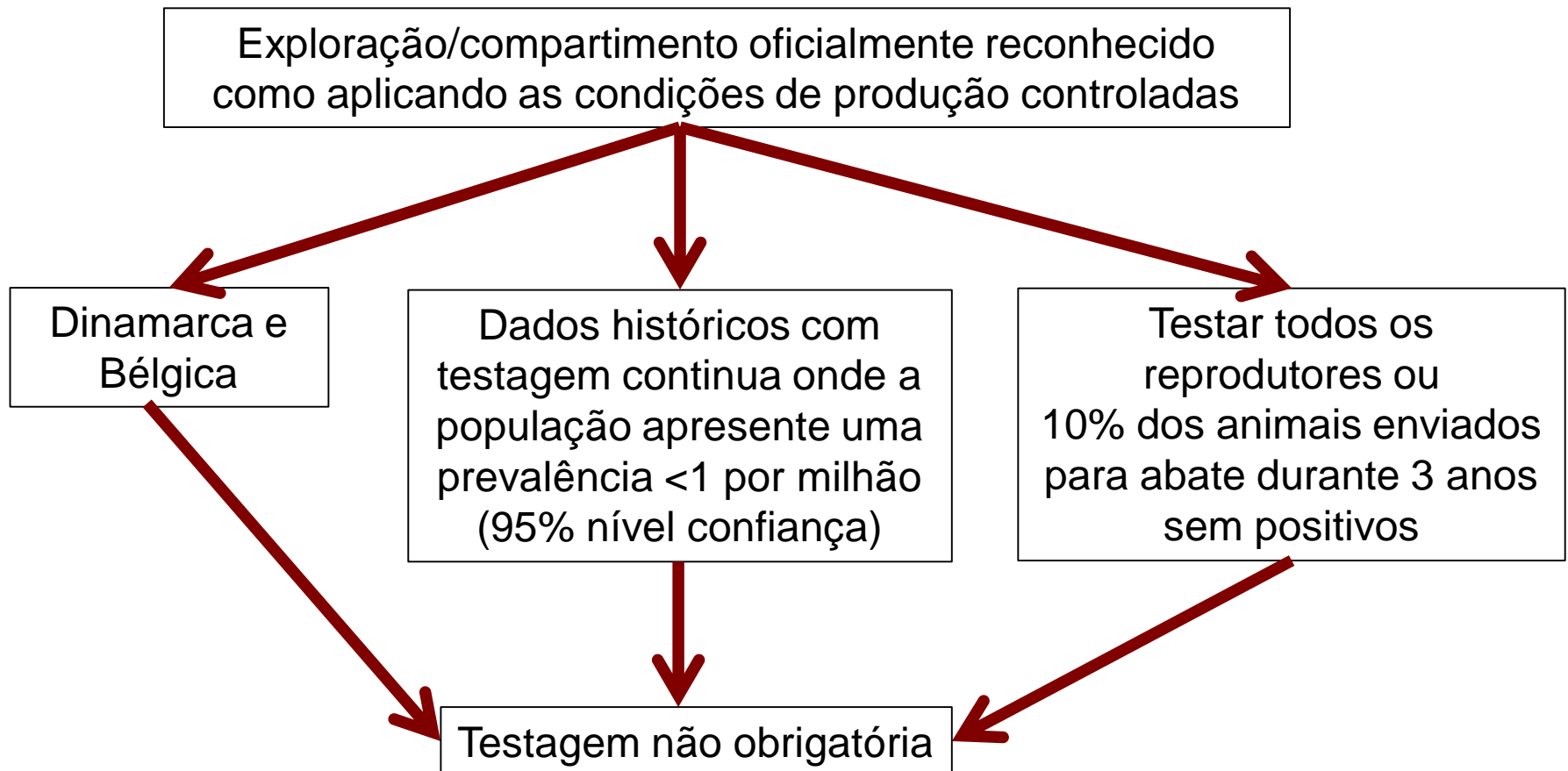


Regulamento (UE) n.º 216/2014

- As carcaças e a carne de suínos domésticos podem ser isentas do exame para deteção de *Trichinella* sempre que os animais sejam provenientes de uma exploração ou de um compartimento oficialmente reconhecidos como aplicando condições de habitação controladas desde que:
 - a) nos últimos três anos, não se tenham detetado no Estado-Membro infestações por *Trichinella* em suínos domésticos mantidos em explorações oficialmente reconhecidas como aplicando condições de habitação controladas e que tenham sido realizados durante esse período testagem a todos os suínos;
 - ou
 - b) os dados históricos dos testes contínuos efetuados na população suína abatida permitam um nível de confiança mínimo de 95 % de que a prevalência de *Trichinella* não é superior a 1 por milhão naquela população.



Controlo *Trichinella*



Regulamento (UE) nº 216/2014

Programa de Vigilância

- A autoridade competente pode aplicar um programa de vigilância abrangendo a população de suínos domésticos provenientes de uma exploração ou de um compartimento oficialmente reconhecido como aplicando condições de habitação controladas, para verificar a ausência efetiva de *Trichinella* naquela população.
- A frequência dos testes, o número de animais a ser testados e o plano de amostragem devem estar definidos no programa de vigilância.
- O programa de vigilância pode incluir métodos serológicos como um instrumento adicional logo que um teste adequado for validado pelo laboratório de referência da UE.



Regulamento (UE) nº 216/2014

- A AC pode reconhecer oficialmente uma exploração ou um compartimento que aplique condições de habitação controladas, sempre que sejam cumpridas as condições previstas no anexo IV deste diploma.
- Sempre que os resultados destas auditorias revelem que as condições do anexo IV deixaram de ser cumpridas, a AC deve retirar imediatamente o reconhecimento oficial da exploração
 - Requisitos de construção das instalações
 - Controlo de pragas
 - Alimentação animal (Reg. 183/2005) e condições de armazenagem
 - Recolha de cadáveres (Reg. 1069/2009 e Reg. 142/2011)
 - Identificação dos suínos de forma a se efetuar a rastreabilidade de cada animal até à exploração
 - Restrição do acesso dos animais ao exterior
 - Restrição na introdução de novos animais - têm que provir de explorações oficialmente reconhecidas como aplicando condições de habitação controladas (nascidos e criados)

Regulamento (UE) nº 216/2014

- A AC deve garantir a realização regular de auditorias às explorações oficialmente reconhecidas como aplicando condições de habitação controladas. A frequência destas auditorias deve ser baseada no risco, tendo em conta:
 - O historial e a prevalência da doença,
 - As constatações anteriores,
 - A zona geográfica e a fauna selvagem local suscetível,
 - As práticas de criação de animais,
 - A supervisão veterinária,
 - A conformidade dos responsáveis pelas explorações.
- Sempre que os suínos de uma exploração reconhecida oficialmente apresentem um resultado positivo na pesquisa de *Trichinella*, a AC deve retirar o reconhecimento oficial da exploração e pesquisar todos os suínos que forem para abate, além de ter de tomar várias outras medidas.



Regulamento (UE) nº 216/2014

- O EM deve comunicar o número de testes e os resultados dos testes efetuados em todas as espécies suscetíveis, de acordo com o anexo IV da Diretiva 2003/99/CE. Os dados sobre suínos domésticos devem, pelo menos, fornecer informações específicas relacionadas com:
 - a) testes em animais criados sob condições de habitação controladas;
 - b) testes em porcas de reprodução, varrascos e suínos de engorda.
- Se um EM executar a derrogação deve informar a COM e os restantes EM no âmbito do CPCASA e apresentar um relatório anual à COM contendo as informações definidas no anexo IV, capítulo II. A COM publicita na web a lista dos EM que executam a derrogação.
- Se um EM não apresentar o relatório anual ou este não for satisfatório a derrogação deixará de se aplicar ao EM em questão.



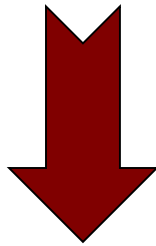
Regulamentos (UE) nº 218/2014

- As informações sobre o estatuto das explorações que aplicam condições de habitação controladas devem ser incluídas na IRCA, de modo a permitir que se aplique o regime de testes apropriado para deteção de triquinas (A IRCA de suínos será alterada de modo a contemplar estas informações);



Regulamento (UE) n.º 216/2014

As carcaças de equídeos, javalis selvagens e outras espécies animais domésticas e selvagens suscetíveis à infestação por *Trichinella* devem ser sistematicamente submetidas a amostragem em matadouros ou em estabelecimentos de tratamento de caça.



Deve ser colhida uma amostra de cada carcaça e esta deve ser examinada em conformidade com os anexos I e III num laboratório designado pela autoridade competente.

Regulamentos (UE) n° 216/2014

Importação

- Carne de espécies suscetíveis, contendo tecido muscular estriado, proveniente de um país terceiro, só pode ser importada para a União se tiver sido examinada para deteção de *Trichinella*, de acordo com o disposto nos artigos 2.º e 3.º, antes da exportação.
- É suprimido o artigo 14.º. - derrogação
- O artigo 15.º passa a ter a seguinte redação - Documentação:
O certificado sanitário que acompanha as importações de carne, mencionadas no artigo 13.º deve ser acompanhada por uma declaração do veterinário oficial que afirma que o exame para deteção de *Trichinella* no país terceiro de origem foi executado em conformidade com o artigo 13.º

Exportação

Exigências do país terceiro:

- Manutenção da pesquisa sistemática dos animais destinados a exportar

	OIE	EU	Codex
Pré-requisito: Sistema de produção controlado	Sim (não detalhado)	Sim (detalhado)	Sim (referência a OIE)
Reconhecimento do compartimento	Auditoria + monitorização (não específico)	Auditoria + monitorização (específico)	Referência à OIE para auditoria + monitorização (baseado nos exemplos da FAO/WHO)
Manutenção do compartimento	Auditoria	Auditoria (monitorização voluntária)	Auditoria ou monitorização (<1/1000000 com 95% certeza) ou monitorização equivalente ou combinação equivalente de auditoria e monitorização



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



MUITO OBRIGADO!

Patrícia Inácio
pinacio@dgav.pt

Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Segurança Alimentar